

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Class.: 10

Data: 20.04.77

Pg.: \_\_\_\_\_

## Geisel visita a tribo dos Terenas

É uma das solenidades pela passagem do Dia Nacional do Índio

PAMELA NUNES

Do Sucursal de Brasília

O dia Nacional do Índio foi festejado ontem com uma série de promoções cuidadosamente elaboradas pela Fundação Nacional do Índio, que incluíram desde realizações de conferências em universidades e escolas, outorga de medalhas do mérito indigenista, à festas junto a diversos grupos indígenas por todo o País.

Este ano, entre as diversas comemorações, estão previstas novidades significativas. Uma delas, é a visita, amanhã, do presidente Ernesto Geisel aos Terenas, grupo em adiantado grau de aculturação e que, portanto, é o candidato mais cotado para receber a emancipação, meta prioritária da política indigenista, segundo se expressou o ministro Rangel Reis, do Interior, no final do ano passado, e extremamente criticada no mundo indigenista e entre os próprios índios.

A outra novidade é a outorga de Medalha do Mérito Indigenista — que geralmente é uma homenagem inexpressiva que não extrapola os limites do gabinete onde é entregue — que pela primeira vez fará uma homenagem póstuma a um índio e um padre, mortos durante a luta pela posse de terras, que é o cerne do problema dos índios brasileiros.

De fato, as medalhas que serão entregues hoje — em cerimônia no gabinete do ministro do Interior — ao chefe indígena Eugênio, capitão dos Bororos e pai do índio Simão, morto juntamente com o padre Rudolf Lukeinbein — cuja condecoração será entregue ao superior da Missão Salesiana de Merure — representam todos aqueles que já perderam a vida na tentativa de defender, junto com os índios, o que de direito lhes pertence: a terra.

### HISTÓRIA DE UM EXTERMINIO

Qualquer compêndio de História do Brasil que se aprofunde um pouco mais do que o habitual na essência da evolução do processo de desagregação e extinção da raça indígena demonstra claramente que desde que o Monte Pascoal foi avistado até os nossos dias, essa Nação vem sendo "sabotada" no seu direito a sobrevivência e perpetuação da espécie.

Uma análise crítica da história das populações indígenas no Brasil foi feita por um depoente durante uma sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o problema fundiário brasileiro em cujo contexto o índio, ao lado dos posseiros e pequenos proprietários de terras, são os mais, senão os únicos, prejudicados, pela política de ocupação de Amazônia Legal — área beneficiada por incentivos fiscais — incrementada há cerca de cinco anos.

Com base em fatos históricos, o depoimento lembrava que a espoliação das terras indígenas vem ocorrendo, em toda a extensão das Américas, desde que aqui pisou o conquistador europeu. Assim, pouco

a pouco foram desaparecendo nações como a Guarani — hoje existem apenas grupos esparsos remanescentes e que já perderam as suas características culturais — que "entre os anos de 1610 e 1768, mostraram um modelo de sociedade verdadeiramente exemplar, onde os povos guaranis partilhavam na justiça e na igualdade, os frutos de uma terra comum e de um trabalho organizado sem exploração de uns sobre os outros."

Importante e, também, para melhor compreensão da situação dos índios nos dias atuais, lembrar que a displicência das autoridades coloniais, que, ao redefinir as fronteiras do sul do País, não reconheceram as posses e domínios daqueles povos, foi a primeira responsável pelos posteriores massacres levados a efeito tanto por forças oficiais quanto por bândigos aventureiros, também conhecidos por "bandeirantes", que hoje são apresentados como heróis nos livros escolares.

Ou, "a tão louvada expansão de nossos limites territoriais para além da linha do Tratado de Tordesilhas que foi, igualmente obtida à custa de sangue índio. O desaparecimento de dezenas de nações indígenas foi o preço da terra tomada ao Império Espanhol pelo avanço dos bandeirantes. Erros como estes é que ressuscitam a figura do "bandeirante", representado pelas grandes empresas atraídas para o Norte pela política de incentivos fiscais, que nada mais são do que usurpadores das terras indígenas."

### PROBLEMA GRAVE

Para se ter uma noção da extensão do problema de terras no Brasil e, principalmente das terras indígenas, é necessário saber que nossos índios, antigos senhores de todo o território nacional, ainda conseguiram resguardar para si áreas repletas de atrações como boa terra, rios piscosos, e sub-solos que escondem riquezas capazes de propiciar toda ação de violência contra os povos indígenas em nome de uma ambição irrefreada.

A grande preocupação da Funai, de alguns anos para trás, passou ser a demarcação "urgente" das reservas indígenas na tentativa de preservar as áreas indispensáveis para a sobrevivência dos 120 mil índios que restaram de uma população calculada em cerca de 5 milhões de pessoas, há apenas quatrocentos e setenta e sete anos — tempo mínimo, apenas um fragmento da história.

O atual presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, costuma afirmar, constantemente, que "o Estatuto do Índio deu força necessária à Funai para efetivamente fazer a defesa da comunidade indígena em todos os aspectos. Esse Estatuto pode ter falhas, mas é uma arma poderosa nas mãos da Funai, para fazer o que deve ser feito. A Funai não precisa consultar ninguém para cumprir a lei. Podemos tomar a iniciativa, e temos poder de polícia para atuar. Temos força na mão. E só não nos omitirmos em

relação aos problemas. Se a Funai precisar, pode se valer do Exército para resolver um problema. A Funai tem tudo nas mãos. É só cumprir a lei. As ações de despejo estão atingindo os grandes proprietários, que estão correndo das áreas indígenas do Sul do País".

Mas é o próprio general Ismarth que reconheceu, por ocasião da Assembleia Legislativa do Mato Grosso em 2-10-75, que "o que tem ocorrido nessa Amazônia Legal é que a Funai tem recebido fatos consumados, sem prévia consulta, e talvez tenha faltado uma coordenação entre todos os órgãos que atuam na área". Referindo-se naturalmente aos acontecimentos recentes na época, quando a abertura de estradas cortando as reservas indígenas estavam iniciando um novo ciclo de problemas considerados "quase insolúveis", levando doenças prostitution, alcoolismo e morte àqueles que a civilização pega, por assim dizer, completamente desprevenidos.

### E AS EXPLICAÇÕES

Desta forma, fica difícil tanto à Funai quanto ao Inera — órgão do Ministério da Agricultura responsável pela distribuição e colonização das terras do Norte — explicar uma série de arbitrariedades que estão sendo cometidas com esses povos, praticamente indefesos, face à sofisticada "civilização" que os surpreende nos confins de suas matas.

Um exemplo concreto, denunciado na mesma CPI do latifundiário, é a invasão do Parque Nacional do Xingu — considerado internacionalmente exemplo de reserva indígena criada pelos irmãos Villasboas há 20 anos — pela Agropecuária Santa Rosa, que penetrou pelo menos 24 quilômetros no limite leste dessa área. Ou, o desmembramento do limite norte deste mesmo Parque pela BR-080, em 1971.

Nesta lista de arbitrariedades também poderiam ser citados os casos dos Nambikwara, cujas terras foram entregues a várias fazendas, no vale do Guaporé, Mato Grosso, pela própria Funai — segundo denuncia a CPI — ou os Surui, de Rondônia, que sofreram uma redução populacional drástica — dos 4 mil existentes em 1969 hoje restam apenas 250 — e não menos drástica de suas terras quando se definiu o mapa de delimitação do Posto indígena Sete de Setembro.

Os casos são inúmeros. Os Xavantes da Aldeia dos Areões, que têm dentro de sua área uma fazenda, os de Pimentel Barbosa que perderam um pedaço de terra em questão com fazendeiros, e os Bororos, perseguidos por fazendeiros mesmo após a morte de um padre e um índio ocorridas no ano passado, ou os Tapirapes, do município de Luciara, Mato Grosso que foram ameaçados de ser transferidos para a Ilha do Bananal para que as Agropecuárias Tapiraguá, Codeara e Porto Velho — Fertilizantes IAP — pudessem melhor se instalar na área.

Todos esses "crimes" cometidos contra uma minoria populacional e, talvez por isso mesmo, tão violentados em seus direitos — são percebidos pelos próprios índios que, com a barreira natural da diferença de civilização e a barreira imposta pelo mal conhecimento do idioma português, denunciavam a invasão de suas terras sempre que podem.

Como disse um Tuxaua Macuxi em Roraima: "a gente antes vivia em paz, os brancos foram chegando, como amigos, querendo ajudar o índio e, quando abrimos os olhos estávamos todos cercados, não podemos mais caçar, nem pescar".

Ou mais objetivamente como é a característica do cacique Xavante Mário Juruna: "se as coisas continuarem como estão, daqui a alguns anos não vai ter mais índio no Brasil".

### ESTATUTO, DEMARCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

Pelo rápido quadro traçado acima, é evidente que torna-se necessário uma reformulação na lei 6001/73 — que regulamenta o Estatuto do índio — em diversos itens, principalmente quanto à emancipação dos grupos indígenas e, consequentemente a garantia das terras a esses grupos, item não previsto no documento.

Para tanto foi realizada há cerca de dois meses, no Rio de Janeiro, uma reunião da qual participaram o ministro Themístocles Cavalcanti, um dos elaboradores do atual Estatuto do Índio, o ministro Rangel Reis, do Interior, o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira e jornalistas convidados.

Nesta reunião, muito se discutiu, pouco ficou resolvido, nada foi estabelecido a não ser a realização de novas reuniões para debater melhor o problema. Enquanto isso, o índio continua com seus problemas, graves e ameaçadores à sua espécie. A emancipação de grupos, é uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo que libera os índios da tutela exercida pela Funai e missões que atuam em área indígena, os deixa abandonados à sua sorte, completamente despreparados para assumir "o novo mundo em que são atirados". A consequência, é a integração ambicionada pela Funai do índio à população ativa do Brasil, mas que, infelizmente, os nivela por baixo.

Com duas ou três exceções, se muito, os índios que deixam suas aldeias, fatalmente serão encontrados trabalhando — por vezes em regime de escravatura — nas fazendas, antigamente suas terras, como lavradores.

O Dia do Índio é uma ocasião oportuna porque se medite sobre esta parcela da população brasileira, encarando sua situação e a previsão de um futuro não muito promissor para a Nação originalmente proprietária de todo território nacional. Falar do índio, é falar da gradativa extinção de uma raça. Pelo puro e simples extermínio físico ou pelo etnocídio, ou seja a descaracterização dos grupos diluídos entre a população envolvente.